

Demonstrações Financeiras

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1 e 2.1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia é uma "holding" não operacional voltada para a atividade de investimentos que está em busca de oportunidades em segmentos diversos da economia. A capacidade de continuidade das atividades da Companhia depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do seu acionista controlador. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 28 de fevereiro de 2025, sem modificação.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is written over the printed name of the auditor.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	326	1.519
Impostos e contribuições a recuperar		38	-
Outros créditos e direitos		3	3
Total do ativo circulante		367	1.522
Total do ativo		367	1.522
Passivo circulante			
Fornecedores		17	-
Impostos e contribuições a recolher		10	1
Salários, provisões e encargos sobre folha	5	1.861	1.581
Total do passivo circulante		1.888	1.582
Patrimônio líquido negativo	6		
Capital social		26.544	2.500
Prejuízos acumulados		(28.065)	(2.560)
Total do patrimônio líquido negativo		(1.521)	(60)
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		367	1.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 07 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	7	(5.575)	(2.595)
Despesas tributárias		-	(6)
Perda de participação em investimentos	1	(20.044)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(25.619)	(2.601)
Resultado financeiro, líquido	8	112	41
Prejuízo antes dos impostos		(25.507)	(2.560)
Imposto de renda e contribuição social	9	-	-
Prejuízo do exercício/período		(25.507)	(2.560)
Resultado por ação	6	(1,88)	(2,23)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 07 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício/período	(25.507)	(2.560)
Resultado abrangente total	<u>(25.507)</u>	<u>(2.560)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 07 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 07 de maio de 2024 (data da constituição)	1	-	-	-
Aumento de capital social em 22/07/2024	6	1.500	-	1.500
Aumento de capital social em 02/12/2024	6	1.000	-	1.000
Prejuízo do período		-	(2.560)	(2.560)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.500	(2.560)	(60)
Aumento de capital social em 28/01/2025	6	2.000	-	2.000
Aumento de capital social em 28/07/2025	6	21.044	-	21.044
Aumento de capital social em 21/10/2025	6	1.000	-	1.000
Prejuízo do exercício		-	(25.507)	(25.507)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		26.544	(28.065)	(1.521)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 07 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício/período	(25.507)	(2.560)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa		
Perda de participação em investimentos	20.044	-
Provisão para bônus	1.482	1.400
Resultado do período ajustado	(3.981)	(1.160)
Redução nos ativos operacionais		
Tributos a recuperar	(38)	(3)
Aumento nos passivos operacionais		
Fornecedor	17	-
Impostos e contribuições a recolher	9	1
Salários, provisões e encargos sobre folha	1.763	181
Caixa líquido aplicado nas operações	(5.193)	(981)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Integralização de capital em investida	(20.044)	-
Caixa aplicado em atividade de investimento	(20.044)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social	24.044	2.500
Caixa proveniente das atividades de financiamento	24.044	2.500
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido	(1.193)	1.519
No início do período/exercício	1.519	-
No fim do período/exercício	326	1.519
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período/exercício	(1.193)	1.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A. (“Companhia”) iniciou suas atividades em 07 de maio de 2024 com a razão social NK 350 Empreendimentos e Participações S.A. e em 03 de julho de 2024 ocorreu a alteração da denominação social e transformação em sociedade por ações de capital fechado. A Companhia está localizada na Rua Funchal, 538- Vila Olímpia - São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

A Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A. é uma holding não operacional voltada para a atividade de investimentos. A Companhia tem buscado oportunidades em segmentos da economia, com bom potencial de crescimento, resiliência e consolidação.

1.1 Subscrição de capital na Infraestrutura Brasil Holding XV S.A. (“IBHXV”)

Em 02 de junho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da IBH XV foi deliberado o aumento de capital social no montante total de R\$32.699, mediante a emissão 32.699.096 (trinta e duas milhões, seiscentas e noventa e nove mil e noventa e seis) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação. A Companhia, subscreveu e integralizou parte deste aumento de capital no montante de R\$20.044 equivalente a 20.044.311 (vinte milhões, quarenta e quatro mil, trezentas e onze) ações ordinárias. O montante integralizado pela Companhia corresponde aos gastos pré-operacionais realizados pela IBH XV com especialistas, modelagens, due diligencies etc. no desenvolvimento da tese de investimentos em Saneamentos, onde possui interesse em obter acesso aos projetos em andamento, acelerando o seu processo de investimento.

Em 31 de agosto de 2025, a IBH XV realizou Assembleia Geral Extraordinária onde foi deliberada pelos acionistas a sua dissolução, liquidação e extinção. A IBH XV não possui quaisquer ativos, passivos, dívidas, obrigações ou responsabilidades com terceiros, assim sendo, a Companhia renunciou ao seu direito de recebimento proporcional da distribuição dos haveres em favor do acionista original e reconheceu no resultado do exercício uma perda no montante de R\$20.044.

Esta transação de subscrição teve anuência dos acionistas das empresas envolvidas e todas as condições foram estabelecidas em bases equitativas de mercado.

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período o apresentado, salvo quando mencionado de outra forma.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

b) Base de mensuração e continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta posição financeira de capital circulante líquido negativo no montante de R\$1.521, prejuízo no exercício de R\$25.507 e caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$5.193, indicando um desequilíbrio econômico e financeiro do caixa.

Na qualidade de principal acionista da Companhia, o Pátria Infraestrutura V Master FIP Multiestratégia ("Fundo"), confirma que possui interesse e compromisso na continuidade dos negócios da Companhia e, dessa forma, que permaneceremos atuando conforme as atribuições inerentes ao principal acionista no processo decisório da respectiva empresa, e com atuação efetiva na definição de seu plano estratégico e de gestão, visando o aprimoramento da situação financeira da Companhia. Se necessário, observadas as obrigações fiduciárias perante os cotistas, e a estratégia de alocação e investimento do Fundo atuará no sentido de viabilizar suporte financeiro para as atividades operacionais, de investimento e de financiamento, por pelo menos um ano e um dia após a data de emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$).

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do período quando incorridos.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros não derivativos - mensuração--Continuação

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado--Continuação

O principal ativo financeiro refere-se a:

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O principal passivo financeiro não derivativo da Companhia é fornecedores.

Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros não derivativos - mensuração--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício/período findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

b) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") do período corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 2025 a Companhia optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal e não apresentou lucro tributável para auferir os impostos em 2025.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da administração, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos na demonstração individual:

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Em 2025, houve novos e atualizações aos pronunciamentos contábeis abaixo indicados:

- CPC 02 (R2) é o Pronunciamento Técnico que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis, normatizando como incluir transações em moeda estrangeira (importações, exportações, empréstimos) e como converter as demonstrações contábeis de uma empresa no exterior (controlada, coligada) para a moeda de apresentação no Brasil, usando taxas de câmbio específicas para ativos, passivos, receitas e despesas, visando clareza para investidores.
- OCPC 10 é uma norma contábil criada pela CVM e CPC, que estabelece regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS, visando trazer transparência ao mercado de descarbonização e alinhar-se às práticas internacionais, impactando como as empresas registram esses ativos e passivos ambientais.
- O CPC 18 (R3) é o pronunciamento técnico sobre Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).
- A ICPC 09 (R3) é uma Interpretação Técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata das Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas e Consolidadas, além da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Estas normas contábeis não afetaram as demonstrações financeiras em 2025.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- NBC TG 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: Emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em dezembro de 2025, esta norma alinha a contabilidade brasileira à IFRS 18. Ela introduz uma nova estrutura para a Demonstração do Resultado (DRE), com categorias padronizadas (operacional, investimentos e financiamentos) e regras mais claras para o uso de subtotais e indicadores de desempenho. A vigência está prevista para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais

- NBC TG 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: Emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em dezembro de 2025, esta norma alinha a contabilidade brasileira à IFRS 18. Ela introduz uma nova estrutura para a Demonstração do Resultado (DRE), com categorias padronizadas (operacional, investimentos e financiamentos) e regras mais claras para o uso de subtotais e indicadores de desempenho. A vigência está prevista para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.
- Reforma Tributária (IBS e CBS): A reforma tributária trará mudanças significativas para a emissão de documentos fiscais e apuração de tributos. Em 2025, as empresas estão se preparando e adaptando sistemas, mas a obrigatoriedade das mudanças nos documentos fiscais (como a Nota Técnica 2025.002 para NF-e/NFC-e, que detalha campos para IBS e CBS) ocorrerá a partir de fevereiro de 2026. A implementação completa do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será gradual, com previsão de demonstração dos novos impostos sem cobrança adicional em 2026.

Essas revisões visam aprimorar as práticas contábeis no Brasil e garantir maior transparência e precisão nas demonstrações financeiras.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	-	271
Aplicações financeiras CDB (i)	326	1.248
Total	326	1.519

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras são representadas por aplicações em Fundos de Investimentos com remunerados à taxa média de 90% até 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em 2024 - 90% até 117% de 2024).

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

5. Salários, provisões e encargos sobre folha

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre folha de pagamento	60	40
FGTS a recolher	15	12
INSS a recolher	39	37
Provisão de férias	194	68
Provisão de FGTS s/ férias	15	5
Provisão de INSS s/ férias	56	19
Provisão de bônus	1.482	1.400
Total	1.861	1.581

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia foi constituído em 07 de maio de 2024 pelo Pátria Infraestrutura V Master FIP Multiestratégia, com a importância de R\$100,00 (cem reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 100 (cem) quotas com valor nominal e unitário de R\$1,00 (um real) cada uma.

Em 22 de julho de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$100,00 (cem reais) para R\$1.500 representados por 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$1.500, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$1.500 dividido em 1.500.100 (um milhão e quinhentas mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 07 de maio de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$1.500 para R\$2.500 representados por 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$1.000, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$1.000 dividido em 2.500.100 (dois milhões e quinhentas mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de janeiro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$2.500 para R\$4.500 representados por 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$2.000, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$4.500 dividido em 4.500.100 (quatro milhões e quinhentas mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 28 de julho de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$4.500 para R\$25.544 representados por 25.544.411 (vinte e cinco milhões e quinhentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e onze) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$21.044, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$25.544 dividido em 25.544.411 (vinte e cinco milhões e quinhentas e quarenta e quatro mil e quatrocentas e onze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de outubro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$25.544 para R\$26.544 representados por 26.544.411 (vinte e seis milhões e quinhentas e quarenta e quatro mil, quatrocentas e onze) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$1.000, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$26.544 dividido em 26.544.411 (vinte e seis milhões e quinhentas e quarenta e quatro mil e quatrocentas e onze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no Pronunciamento CPC 41 - Lucro por ação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total de ações do período - conforme média ponderada	13.601.352	1.148.636
Prejuízo do período/exercício (milhares)	(25.507)	(2.560)
Total	(1,88)	(2,23)

A Companhia não possui outros instrumentos de patrimônio líquido ou de dívida que se enquadre como efeitos dilutivos, sendo que o valor básico e diluído por ação é o mesmo.

7. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com salários	(3.581)	(2.408)
Despesas com aluguel	(141)	(51)
Despesas com serviços de terceiros	(1.807)	(120)
Despesa com manutenção	-	(5)
Outras despesas administrativas	(46)	(11)
Total	(5.575)	(2.595)

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

8. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	161	41
	161	41
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(49)	-
	(49)	-
Total	112	41

9. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(25.507)	(2.560)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	8.672	870
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:		
Diferenças permanentes líquidas	-	-
(-) Tributos diferidos ativo sobre prejuízo - não reconhecidos	(8.672)	(870)
Total resultado de imposto de renda e contribuição social	-	-

10. Instrumento financeiro

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Instrumento financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*--Continuação

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI). A Companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	326	1.519
Total	326	1.519

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Instrumento financeiro--Continuação

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2025	
			Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Valor justo	326	326
Total			<u>326</u>	<u>326</u>

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2024	
			Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Valor justo	1.519	1.519
Total			<u>1.519</u>	<u>1.519</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Infraestrutura BR V Resíduos Holding I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.121 (2024 R\$164).

12. Contingências

Até a emissão das demonstrações contábeis, a Sociedade não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.

13. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a pagar	Despesa
	2025	2025
Partes relacionadas		
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	-	(168)
Total	-	(168)

14. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes.